

SOBRE A OCUPAÇÃO DE SALAMANGA

A.1.4

GOVERNO NA CCF REFUTA REIVINDICAÇÕES DA RENAMO

● Os 19 detidos continuam à espera da decisão da Gorongosa

Novos desenvolvimentos ocorreram ao longo do fim-de-semana em torno da questão dos 19 detidos pela Renamo na base de Salamanga-Estatal. No sábado passado, a delegação governamental na Comissão de Cessar-Fogo (CCF), fez chegar ao nosso Jornal um documento revelando novos elementos, considerando a atitude da Renamo como uma violação consequente de uma outra na mesma região. O argumento substanciado pelo Governo assenta no facto de a Renamo ter ocupado a zona de Salamanga após o cessar-fogo, violando os acordos de Roma. Acrescido a isto, a Renamo «raptou» na mesma zona alegadamente sob seu controlo, 19 cidadãos acusando-os de estarem a caçar sem a autorização da sua sede, em Maputo. Não há ainda reacções oficiais emanadas pelo movimento de Afonso Dhlakama a propósito da reunião entre políticos e militares no seu bastião, Gorongosa.

O documento a que nos referimos é assinado pelo chefe da delegação do Governo à CCF, Brigadeiro João Aleixo Malunga, e dirigido à essa comissão que se deveria ter reunido sexta-feira, mas que acabou adiando o encontro para hoje, devido à ausência dos representantes da Renamo.

A Renamo, de acordo com o documento, após a entrada em vigor do cessar-fogo ocupou ilegalmente a machamba estatal na localidade de Salamanga, facto que levou o Governo a fazer uma notificação à Comissão de Cessar-Fogo para que esta tomasse as medidas necessárias para repor a situação no momento da entrada em vigor do Acordo Geral de Paz ou seja: a Renamo deveria regressar às zonas onde se encontrava antes do entendimento de Roma.

Feita a investigação, adianta o documento, foi concluído que a Renamo estava efectivamente a violar o Acordo Geral de Paz ao ocupar aquela posição já que se prova que ela não se encontrava em Salamanga antes da assinatura e entrada em vigor do Acordo Geral de Paz.

«O Governo, desde tal conclusão (refere o documento sem contudo indicar quando foi feita a conclusão) sempre esperou e espera que a Comissão de Cessar-Fogo corrigisse a situação anómala criada, o que não ocorreu até ao presente momento. Desta forma, a violação que hoje é objecto de análise da CCF é consequência de uma outra violação: a ocupação ilegal da zona», especifica a delegação do Governo na CCF.

Se esta violação não existisse ou pelo menos tivesse sido corrigida tempestivamente não teria tido lugar a que se encontra em análise, refere a nota.

«Assim, urge solucionar incondicionalmente, não só o problema do rapto e retenção das pessoas pela Renamo, mas também e sobretudo a retirada desta das zonas que ilegalmente ocupou para as áreas

onde se encontrava antes da entrada em vigor do cessar-fogo», insta o documento.

Sublinha que «a Renamo não pode apresentar Zilundo ou Salamanga como zonas sob seu controlo, como tem vindo a fazer quando fala aos órgãos de Informação», rematando que «por outro

Cessar-Fogo propõe que o problema seja levado à Comissão de Supervisão e Controlo».

Em contactos com o nosso matutino alguns familiares dos 19 detidos puseram a possibilidade de se deslocarem à base da Renamo em Salamanga, a fim de prestarem auxílio necessário aos seus ente queridos.

apenas que tenham meios para se deslocar até ao local.

O Major-General Hermínio Morais disse sexta-feira à nossa Reportagem que os detidos estão a receber um tratamento superior ao dos próprios guerrilheiros da Renamo, o que foi confirmado ao nosso diário pelos «19».

Entretanto, apesar das «démarches» que o nosso matutino encetou junto do Governo e da Renamo, assim como da ONUMOZ, nenhuma informação substancial «transpirou» a respeito da evolução posterior do incidente.

Note-se que na sexta-feira passada, uma contra-ordem da sede da Renamo, na Gorongosa, anuiu a operação que já estava prestes a consumir-se em Salamanga-



Cativos, reféns ou raptados, como foram considerados este fim-de-semana, o facto é que só a decisão da Renamo poderá juntá-los às famílias. (Foto de Isidro Pascoal tirada sexta-feira em Salamanga)

lado, o facto de proibir a livre circulação de pessoas é já uma muito grave violação do Acordo Geral de Paz. Pela gravidade desta situação, que se vem reproduzindo em vários pontos do país e para que se analise globalmente e se tomem de imediato as medidas de correcção necessárias, a delegação do Governo na Comissão de

Esta posição surge na sequência da declaração pública do Major-General Morais, chefe da delegação da Renamo na CCF, ao Jornal «Domingo», segundo a qual os 19 detidos não vão ser transferidos para Maringué e que os seus familiares são livres de os visitar, sem que para tal seja necessário pedir autorização, bastando

Estatal. Na ocasião, fontes das Nações Unidas, Governo e Renamo esclareceram ao nosso Jornal, no local, que a decisão final seria emanada após um encontro entre o comando militar e a direcção política do movimento liderado por Afonso Dhlakama.

Na mesma altura, o oficial da ONUMOZ encarregue pela libertação dos detidos contactou os seus superiores para a tomada de uma posição mais consentânea visando desatar o nó de estrangulamento.